



EDUCAÇÃO SALUTOGÊNICA DE CIDADÃOS DOENTES MENTAIS:

A APPACDM DE BRAGA – PORTUGAL

Ana Gomes¹
Clara Costa Oliveira²

Resumo

Apresenta-se um estudo sobre a Associação Portuguesa de Pais e Amigos dos Cidadãos Deficientes Mentais (APPACDM), de Braga - Portugal, tendo por objetivo compreender como a educação formal e não formal destas pessoas é salutogenicamente compreendida e partilhada nesta instituição, nomeadamente ao nível de espaço e de ambiente. Procedeu-se, quanto à metodologia, à análise documental da instituição, à observação direta e a uma entrevista com a responsável pela administração da instituição. Os dados coletados são favoráveis à dimensão salutogênica, ainda que possamos referir algumas críticas.

Palavras-chave: APPACDM; Educação; Salutogenia; Deficientes Mentais; Sentido Interno
De Coerência

1 INTRODUÇÃO

Neste sucinto trabalho, procuraremos abordar a questão dos ambientes salutogênicos (ANTONOVSKY, 1988), potenciadores do pleno desenvolvimento de indivíduos

¹ Mestre em Educação para a Saúde, Especialista em Musicoterapia. Diretora Técnica na Creche da Associação Vicentina. Endereço: Rua Dr. Manuel Braga da Cruz, 26, S. Vicente, Braga, Portugal. Endereço eletrônico: 1986gomes@gmail.com

² Doutorada em Filosofia da Educação, Associada em Pedagogia, Agregada em Educação para a Saúde. Profa. Associada com agregação, coordenadora do Mestrado em Educação para a Saúde; investigadora em CEH e CBMA (STOL) – Univ. do Minho, Instituto de Educação - Campus de Gualtar. Endereço: Rua Dr. Manuel Braga da Cruz, 26, S. Vicente, Braga, Portugal. Endereço eletrônico: claracol@ie.uminho.pt

institucionalizados com deficiência mental. Para o desenvolvimento de tal análise focaremos o nosso estudo na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM).

A problemática inerente a esta análise concentra-se na necessidade de compreender a importância da existência de espaços e ambientes propiciadores de segurança e desenvolvimento dos usuários da instituição em questão. Desta forma e inicialmente, consideramos relevante efetuar a seguinte questão de partida, geradora de toda a nossa análise: qual o ambiente institucional é adequado para manter os indivíduos com deficiência mental em permanente desenvolvimento e em segurança, prevenindo comportamentos de risco?

Antes de mais, faremos alusão ao paradigma teórico no qual se alicerça esta investigação, bem como aos objetivos por nós propostos com a concretização desta breve análise investigativa. Em seguida, abordaremos os resultados da análise documental realizada sobre a temática em questão. Seguir-se-á a apresentação da metodologia utilizada para a obtenção dos dados necessários e seguidamente a sua análise e discussão. Como sabemos, as metodologias referem-se, inicialmente, a estratégias de recolha de informação segundo um quadro paradigmático e teórico específico, neste caso, o salutogênico.

Educar para a salutogenia e não só para a prevenção/reabilitação de doenças implica avaliar o que ocorre na nossa vida e o que nela construímos, centrados numa visão de maior equilíbrio auto-regulado, numa visão positiva, mesmo em situações que nos surgem como de grande sofrimento (ANTONOVSKY, 1988; OLIVEIRA, 2012), como no caso das pessoas com deficiências mentais.

O paradigma salutogênico surgiu a partir da obra do sociólogo da saúde Aaron Antonovsky, sendo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu, nos objetivos a atingir no programa Saúde para todos no século XXI, algumas concepções deste autor (ERIKSSON, 2008).

Uma área que importa investigar à luz deste paradigma, e que este artigo aflora, é se todos os seres humanos possuem, potencialmente, os mesmos recursos de resistência face a situações de sofrimento/desequilíbrio auto-organizativo, ou se eles serão de tipo individual, e se eles poderão ser ensinados a pessoas que nunca os utilizaram. Será a deficiência mental um impedimento para que tal ocorra?

Nas pesquisas que se têm levado a cabo concluiu-se que o modo de concretização dos tipos de recursos de resistência é idiossincrático para cada pessoa, sendo que a propensão

genética desempenha um papel importante (não só nos sujeitos com deficiências mentais), mas também nas histórias ontogenéticas individuais. Para Antonovsky, os três tipos mais importantes dos Recursos Gerais de Resistência (*General Resistance Resources - GRR*) são a flexibilidade homeostática, os vínculos com pessoas concretas e os vínculos com comunidades. Na população aqui estudada, a flexibilidade homeostática é aquela que mais dificuldade tem em se concretizar, por razões óbvias (OLIVEIRA, 2012).

Neste paradigma, quão mais desenvolvido um sentido interno de coerência (SOC – *sense of coherence*), mais recursos gerais de resistência (GRR) os seres humanos possuem; por si só, isto pode ser considerado um fator de produção de saúde, mas também de resistência ao desequilíbrio ao qual todos estamos sujeitos (neste caso, à deficiência mental). Sentido interno de coerência tem a seguinte definição:

[...] a global orientation that expresses the extent to which one has a pervasive, enduring, though dynamic feeling of confidence that (1) the stimuli from one's internal and external environments in the course of living is structured, predictable and explicable; (2) the resources available to one meet the demands posted by these stimuli; (3) these demands are challenges, worthy of investment and engagement (ANTONOVSKY, 1988, p. 19).

Nesta singela investigação, as estratégias de recolha de informação mais pertinentes foram “a prática da entrevista [...] a observação [...] e o estudo de documentos” (DE KETELE *et al*, 1993, p. 18), que nos serviram de guia e suporte, não só para o decurso da investigação, como também para as ilações finais presentes neste trabalho.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Com o desenvolvimento desta investigação, temos por objetivo geral procurar compreender qual o tipo de ambiente institucional que permite manter os usuários da mencionada Associação em desenvolvimento e em segurança, prevenindo os comportamentos de risco inerentes às suas limitações. Não podemos, contudo, deixar de referir mais especificamente alguns objetivos, mais ou menos explícitos, colacionados neste estudo: perceber os comportamentos de risco mais usuais nos usuários; compreender a necessidade de adequação dos espaços, aos mais diversos níveis, para a obtenção da plena segurança; tomar conhecimento das funcionalidades das estratégias de proteção salutogênica implementadas; e

ainda, perceber quais os princípios pedagógicos e formativos que potenciam a prevenção ou inibição de comportamentos de risco nestes usuários institucionalizados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Iniciamos esta pequena revisão da literatura enumerando alguns pontos fulcrais, por nós encontrados, nos estatutos vigentes da APPACDM. Começamos por reflectir acerca da própria nomenclatura desta associação, de seu nome: Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Relativamente à doença em questão, este é um tema bastante abrangente, pois, como iremos abordar mais à frente, a deficiência mental, apesar de diagnosticada de modo medicamente/psicologicamente protocolado, é algo extremamente pessoal (REIS, 1999) que implica inúmeras especificidades pessoais, quer no relacionamento quotidiano com o espaço físico, quer na interação humana, possuindo - além disso - sempre contextos sociais associados. Quando é especificado na nomenclatura desta Associação a palavra “Cidadão”, podemos, e no nosso entender, devemos, refletir sucintamente acerca do papel comum que todos temos em sociedade e da igualdade de oportunidades, estando bem específico o papel igualitário que esta Associação procura traduzir nas suas práticas e ensinamentos quotidianos, ou seja, o princípio ético da justiça (OLIVEIRA *et al*, 2012; AZEVEDO *et al*, 2012).

A APPACDM de Braga possui, a nível educativo formal, as seguintes valências: creche, jardim-de-infância e escola de educação especial. A creche e o jardim-de-infância surgiram pela emergência de uma resposta de intervenção precoce, considerando as necessidades identificadas para as crianças com necessidades educativas especiais. Para além disso, é objetivo da APPACDM dar resposta desde tenra idade às problemáticas identificadas. A educação para a saúde acompanha todo o processo desde que a criança é identificada com necessidades educativas especiais, pois a intervenção precoce surge no sentido da promoção da saúde e da prevenção do risco. A instituição procura envolver sempre a família da forma mais ampla possível.

Posteriormente, os sujeitos são encaminhados para contextos de educação especial na Escola de Educação Especial da APPACDM, que contempla indivíduos entre os 6 e os 18 anos de idade, onde se procura essencialmente o desenvolvimento holístico da criança/jovem, proporcionando-lhes a aquisição de competências práticas. Estas escolas (existentes em várias

localidades portuguesas) caracterizam-se por potenciarem, acima de tudo, a aquisição da leitura, escrita e cálculo, para além das atividades de desenvolvimento de destreza manual. O nosso estudo incide sobre a APPACDM de Braga, cujo fundador foi um homem que criou esta organização antes do nascimento de um filho autista (ambos falecidos, o filho pouco depois do falecimento de seu pai).

Os jovens são encaminhados para o Centro de Atividades Ocupacionais a partir dos 16 anos de idade. Todas as valências abrangidas pela APPACDM estão inscritas em contextos de educação sejam elas formais, não-formais ou informais, ou seja, antes dos 16 anos toda a aprendizagem é fortemente centrada na dimensão de aprender a fazer e aprender a estar, em detrimento da aprendizagem a conhecer, mais teorizante e dedutiva, que implica um desenvolvimento intelectual que estes cidadãos não possuem. Refira-se, contudo, que a dimensão raciocinativa é estimulada ao máximo em cada criança, centrando-se contudo na capacidade de resolução de problemas ou de construção de materiais físicos e/ou digitalizados.

Fazemos assim referência a alguns princípios, inscritos nos seus Estatutos. A promoção da integração social do indivíduo com deficiência mental, bem como o envolvimento das famílias neste processo, defendendo e promovendo os reais interesses e satisfação das necessidades do usuário, humanizando e normalizando as estruturas de resposta, (APPACDM, 2000, p. 10) são alguns dos objetivos apresentados que, no nosso entender, vêm traduzir a necessidade de adequação das mentalidades e dos ambientes estruturais de toda uma sociedade que ainda hoje, apesar de menos que antigamente, desvaloriza as capacidades das pessoas com deficiência mental.

Sabemos pois que o direito ao trabalho é algo que cada vez mais é reivindicado na nossa sociedade, devendo ser oferecido a todo e qualquer cidadão; neste sentido, “o direito ao trabalho para a pessoa com deficiência traduz-se na igualdade de oportunidades no acesso a um posto de trabalho, [...] no direito à adaptação do posto de trabalho às suas necessidades e capacidades [...]” (LAKATOS *et al*, 1996, p. 30), o que revela o pleno direito ao exercício de uma profissão, ainda que com a necessidade de adaptações físicas específicas. Não poderemos deixar de referir o objetivo mais relacionado com a temática específica deste pequeno trabalho investigativo, que se refere à necessidade de criação de “estruturas e equipamentos” (APPACDM, 2000, p. 8) específicos para a real adaptação dos indivíduos portadores de deficiência mental às múltiplas práticas da instituição, bem como da sociedade laboral.

Procuramos com esta investigação perceber algumas das necessidades ambientais, em diferentes âmbitos desta acepção, apesar de mais concretamente voltados para a vertente estrutural, salientando que, sobretudo os indivíduos institucionalizados com atrasos mentais "[...] adquiriram maior oportunidade de participar nalguns dos benefícios e responsabilidade da sociedade" (FORTIN, 1999, p. 15), o que inicialmente nos pode parecer contraditório mas que, nos nossos dias, e sobretudo pela força exercida por parte de instituições como a APPACDM, já se vem sentindo na nossa sociedade. Com efeito, é cada vez mais comum encontrar pessoas com deficiência mental a exercer alguns trabalhos quotidianos, como é o caso concreto da jardinagem. Por isso, e a cada dia, mais se vem comprovando que "o atraso mental é, principalmente, um rótulo, um termo que se utiliza para identificar um déficite de rendimento observado, a capacidade de demonstrar uma conduta social e intelectual proporcionada pela idade" (FORTIN, 1999, p. 19).

Permanecemos assim em permanente estado de comparação, e por isso, a sociedade vem considerando o diferente menos válido e menos capaz, o que não é realmente verificável. O que se apura é um ritmo e nível diferentes na execução das funções, que deve ser, por isso, devidamente preparado, quer ao nível da formação, quer da técnica. A todo este contexto necessário para o bom funcionamento do trabalho do indivíduo com deficiência mental, designamos por ambiente salutogênico, que consideramos não dever somente ser apresentado por Associações como a APPACDM, mas que deveria ser promovido por todos os cidadãos, fomentando uma maior responsabilidade social. A salutogenia decorrerá da capacidade de esta instituição conseguir focalizar a sua atuação na aprendizagem de recursos gerais de resistência aos obstáculos com que este tipo de cidadãos se deparam, bem como desenvolvendo neles sentido interno de coerência (ANTONOVSKY, 1988).

Um ambiente adequado promove o desenvolvimento emocional e educativo/formativo do indivíduo com deficiência mental, no sentido deste se integrar e interagir facilmente na sociedade que o rodeia, sendo que o contrário também ocorre: "[...] hoje em dia, sabe-se que uma série de influências nocivas do meio ambiente podem afetar o desenvolvimento das estruturas cerebrais [...]" (FORTIN, 1999, p. 33).

Neste sentido, não pode ser ignorada a importância da "estimulação precoce" (FORTIN, 1999, p. 52), e por esse motivo, pudemos observar crianças que frequentam a escola, dita normal, e estão contudo presentes na APPACDM. A importância desta identificação precoce deve-se ao fato de ser de extrema relevância para o pleno desenvolvimento destes indivíduos a "implementação de programas de estimulação [...]"

(FORTIN, 1999, p. 53), sempre promotores da saúde, quer sejam a nível da motricidade, educação, linguagem, etc. Nesta perspectiva, “um dos primeiros objectivos da estimulação precoce de crianças que necessitam de intervenção precoce formal é reduzir e minimizar os efeitos negativos de uma história de alto risco” (FORTIN, 1999, p. 55). Podemos assim considerar a estimulação precoce como um dos campos de atuação de um ambiente salutogênico plenamente promotor do desenvolvimento do indivíduo com deficiência mental.

Especificando a nossa abordagem na educação de pessoas identificadas com deficiência mental, é referido que “[...] se os primeiros projetos de intervenção, seguindo a tradição da educação escolar e pré-escolar, se verificavam em espaços físicos específicos, o domicílio passou a ser considerado um local privilegiado de intervenção” (APPACDM, 2000). Como objetivo da estimulação precoce de crianças com esta necessidade, é minimizar os efeitos negativos da sua história (FORTIN, 1999). Isto vem demonstrar somente que um ambiente salutogênico de prevenção e promoção de comportamentos deve partir de casa, e para tal é necessária uma intervenção educativa concreta, nomeadamente junto das famílias. Na APPACDM, a intervenção é produzida na própria instituição, em substituição ou complementando o ambiente doméstico de cada usuário (REIS, 1999).

A ONU faz referência ao fato de que “[...] para a pessoa com deficiência poder usufruir destes direitos, torna-se necessário aplicar um vasto conjunto de medidas que vão desde a eliminação de barreiras arquitetónicas, [...] e publicações adaptadas ao nível mental de um dado indivíduo” (ONU, cit. in LAKATOS *et al*, 1996, p. 31). Este é um objetivo que está consagrado internacionalmente e que deveria ser efetivamente cumprido na nossa sociedade; contudo, isso ainda não se verifica na sua plenitude, existindo Associações como a APPACDM, que no seu seio conferem estas especificidades. O que se resume é que são prementes “[...] dispositivos de ajuda à vida diária das pessoas com deficiência, de modo a que elas possam viver o mais autonomamente possível” (VIEIRA *et al*, 1996, p. 32).

Para finalizar esta pequena análise bibliográfica, que poderia resultar em um extenso estudo se mais profundamente abordássemos a temática, fazemos referência a algumas necessidades ambientais específicas que facilitariam o pleno desenvolvimento de indivíduos com deficiência mental. Desta forma, um ambiente salutogênico para indivíduos com estas necessidades pressupõe

[...] medidas compensatórias e adaptativas que passam por: meios de transporte públicos adaptados; eliminação de barreiras arquitetónicas; edifícios públicos e

habitações acessíveis; serviços acessíveis que garantam às pessoas com deficiência viver tão independentemente quanto possível na comunidade, com a possibilidade de serem elas próprias a gerirem esses serviços; dispositivos de ajuda à vida diária das pessoas com deficiência, de modo a que elas possam viver o mais autonomamente possível. (LAKATOS *et al*, 1996, p. 32).

Em termos de conclusão desta revisão, apenas citaremos uma máxima da ONU que nos remete para a necessidade de respeitar inequivocamente os princípios de “igualdade de oportunidades e direito à diferença” (LAKATOS *et al*, 1996, p. 35), para que todos em sociedade, “[...] no seu esforço de desenvolvimento, consigam melhorar as condições de alimentação, de educação, de habitação, de assistência sanitária e estabelecer cuidados de saúde primários e adequados, melhorando assim as perspectivas de prevenção e tratamento da deficiência” (ONU, cit. in LAKATOS *et al*, 1996, p. 35). Ora, no que se refere a essa questão, não existe consenso entre especialistas, dado alguns se inclinarem para a inclusão de cidadãos com deficiência mental em instituições com pessoas sem essas características, enquanto outros validam a necessidade de espaços próprios adaptados às especificidades motoras e intelectuais deste público (ARRUDA; CASTANHO, 2014). Cabe ressaltar que a instituição aqui mencionada promove várias atividades regulares de interação com instituições educativas formais para crianças dos mesmos graus de ensino. Quanto ao assunto deste artigo em concreto, enquanto continuarmos construindo sociedades nas quais estas pessoas são percebidas como demasiado diferentes e raras para que a elas sejam ajustados os espaços físicos, temos que considerar que usualmente a inclusão origina muitas vezes maior segregação do que a vivência e a aprendizagem em espaços especificamente criados para elas. Quanto ao público adulto com deficiência mental, poucas são as instituições que podem proporcionar atenção à formação deste tipo de cidadãos, podendo dar como exemplo o fato de a sua memória ser usualmente muito diferente da de outros tipos de cidadãos, o que exige formadores especialmente atentos e pacientes.

4 METODOLOGIA

De modo a conseguirmos obter as informações necessárias para o início da nossa investigação, consideramos essencial possuir alguns conhecimentos concretos acerca da

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) e das problemáticas de saúde presentes neste contexto institucional.

Assim, começamos a pesquisa pela utilização do método de leituras exploratórias/ análise documental, de modo a conhecer um maior número de elementos relevantes à nossa pesquisa, selecionando e solicitando um reduzido número de leituras, procurando retirar das mesmas o máximo de proveito, sintetizando e apurando o conhecimento por elas transmitido sobre o contexto estudado, nomeadamente os Estatutos vigentes na Instituição.

Procuramos recolher informação, circunscrevendo o campo das análises, tanto ao nível do espaço, geográfico e social, como no tempo histórico. Devemos ter em consideração que a observação é um “processo que requer um acto de atenção”, pois “a observação é um processo orientado por um objecto final ou organizador do próprio processo de observação” (DE KETELE *et al*, 1993, p. 23), que acaba por circunscrever o nosso campo analítico, ainda que ele deve ser aprofundado a todos os níveis: “*One needs to listen to what is said and unsaid, watch face and body for expression and actions, smell (fear, hygiene, or perfume), learn to let it all come in without interpreting or judging, and stay silent inside and out (beyond small talk)*” (CASSELL, 1999, p. 534).

Delimitamos por isso a nossa análise observacional apenas aos indivíduos presentes nesta instituição, criando assim uma “unidade” de elementos estudados, que constitui pois a população-alvo, focalizando a nossa atenção nas estruturas ambientais potenciadoras de desenvolvimento destes mesmos indivíduos. No entanto, consideramos que designar por “população” o conjunto de indivíduos em estudo, neste caso, é incorreto. Assim, preferimos designar esta população por ‘amostra’: “é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população. É, de qualquer forma, uma réplica em miniatura da população alvo” (FORTIN, 1999, p. 56). Outros autores ainda referem que a amostra “é uma parcela convencionalmente seleccionada do Universo” (LAKATOS *et al*, 1996, p. 23).

Na nossa análise observacional, procuramos não deixar escapar os sinais detetados pelos diferentes sentidos pois, “embora a vista seja, de entre os cinco sentidos, aquele a que se recorre mais frequentemente num processo de observação, os outros sentidos podem ser igualmente utilizados: a audição, o olfato, o tato e o gosto” (DE KETELE *et al*, 1993, p. 23). Para tal, frequentamos regularmente a instituição, durante seis meses, tendo observado a nossa amostra populacional, de tipo aleatório, no próprio contexto institucional.

Sentimos contudo, necessidade de interação mais elaborada entre o investigador e o investigado. Dado a nossa amostra ser constituída por pessoas com deficiências mentais, elaboramos também uma entrevista. A utilização da entrevista como metodologia de recolha de informação enquadra-se na investigação em questão, pois “o método de recolha de dados deve ser adaptado ao tipo de dados a investigar” (ALBARELLO *et al*, 1997, p. 86). Efetuámos um contato pessoal entre nós (investigadores) e a Dr^a Odete Dantas, Diretora Técnica da APPACDM em Braga, que nos possibilitou uma “relação verbal [...] direta e frente a frente” (ALBARELLO *et al*, 1997, p. 86). Anteriormente, porém, criámos um formulário ou questionário de entrevista semi-aberta, “[...] investigação [...] baseada na utilização de um guia de entrevista para colocar o entrevistado em condições de se exprimir” (ALBARELLO *et al*, 1997, p. 87). A utilização da entrevista pressupõe que o investigador não dispõe de dados “já existentes, mas que deve obtê-los” (ALBARELLO *et al*, 1997, p. 86), o que procuramos deste modo concretizar.

As questões semi-abertas permitiram uma maior expressão por parte do entrevistado, cabendo-nos apenas orientar a resposta, para que a entrevista não se desenvolvesse de modo incoerente face ao objetivo proposto. Mais concretamente, a entrevista por nós elaborada pode ser caracterizada como sendo do tipo semi-diretiva, não sendo completamente aberta, nem tendo questões rígidas: “Por um lado, trata-se de permitirmos que o próprio entrevistado estructure o seu pensamento em torno do objeto perspectivado [...], por outro lado, porém, a definição do objeto de estudo elimina do campo de interesse diversas considerações para as quais o entrevistado se deixa naturalmente arrastar” (ALBARELLO *et al*, 1997, p. 87). Existiram, neste sentido, apenas perguntas orientadoras, dando liberdade à entrevistada para opinar dentro das limitações já implícitas na temática. A nossa intenção foi, com isto, esclarecer todas as questões da forma mais fluente possível.

Depois da utilização desta metodologia de recolha, procedemos à utilização do método de análise de conteúdo, procurando retirar o máximo de elementos importantes para a nossa pesquisa.

5 ANÁLISE DE ENTREVISTA

A entrevista foi transcrita depois de aplicada. Quanto à metodologia de análise, ela foi realizada tendo por base o quadro teórico pelo qual tínhamos anteriormente optado. Para tal,

foi necessário colocarmos em prática a nossa capacidade de síntese, exigindo compreender e reter da entrevista o essencial, destacando as principais ideias e articulações, fazendo surgir a unidade essencial do texto em questão.

De forma organizada faremos uma breve descrição e interpretação, à luz dos nossos objetivos e bibliografia de apoio, quer das questões colocadas à entrevistada, quer (e aí com uma reflexão mais crítica) sobre as respostas apresentadas pela inquirida.

Iniciamos o nosso questionamento por procurar resposta acerca do tipo de estruturas apropriadas às necessidades especiais dos usuários institucionalizados na APPACDM. A entrevistada esclareceu o conceito de institucionalizado vigente na APPACDM, pois existem usuários que apenas frequentam a instituição durante o dia, e outros usuários que são internos à instituição.

Foi referido que os jovens que habitam na APPACDM, para além de frequentarem as demais valências, também estão no Lar Residencial. Posteriormente, a entrevistada apresentou uma caracterização, no nosso entender bastante explícita, acerca das distintas valências e delegações da APPACDM presentes em todo o distrito de Braga - Portugal, o que nos possibilitou desde logo compreender melhor as modalidades presentes nesta região do norte de Portugal (4ª cidade do país, em termos populacionais), para o tratamento de pessoas com deficiência mental: a Associação apresenta valências como Lar Residencial, Escola de Educação Especial, Centro de Atividades Ocupacionais, Creche e Jardim-de-infância. Nesta medida, dentro do distrito de Braga, podem contabilizar-se, mediante o depoimento da Dr.^a Odete Dantas, quatro Escolas de Educação Especial, cinco Centros de Atividades Ocupacionais, uma Creche, um Jardim-de-infância e por fim, apresentam-se já cinco Lares Residenciais. Está prevista, contudo, a abertura de mais três Lares desta natureza.

Compreendendo a enorme necessidade de Lares de internato para estes usuários, tal dificulta, pelos mais diversos motivos, o envolvimento das famílias no processo de integração social por nós já abordado neste trabalho. Contudo, seguidamente, a entrevistada aludiu ao fato de todas estas necessidades estruturais serem apresentadas pelas próprias famílias dos usuários: “[...] estas necessidades também são-nos verbalizadas pelas famílias que apoiamos[...]”.

Posteriormente, a entrevistada afirmou que decorriam algumas obras no sentido do melhoramento de instalações e da concretização de uma cozinha que atualmente fornece diversas delegações de Braga. A Oficina de Artes Gráficas é uma valência exclusiva do Complexo de Gualtar que, segundo a Diretora, serve de fonte de rendimento para auxiliar os

doentes sem possibilidades financeiras. No nosso entender, para além disto, esta Oficina serve ainda como forma de inserção dos usuários no mundo laboral, o que potencializa a integração social do indivíduo e lhe confere o direito ao trabalho, que torna o usuário membro e cidadão ativo da sua comunidade.

Há, no entanto, uma questão relacionada com o trabalho destes cidadãos que deve ser questionada, pois eles não são pagos pelo trabalho que efetuam na instituição, mesmo que paguem as suas contribuições financeiras a mesma. Parece-nos que seria compreensível que aqueles que não têm possibilidades de as pagar, contribuíssem com o seu trabalho para compensar a instituição com as despesas, mas não nos outros casos.

Seguidamente, foi colocada uma questão acerca de necessidades estruturais às quais falta dar resposta nesta instituição. A entrevistada acabou por ter de se repetir ligeiramente, visto que, na questão anterior, tinha feito referência às novas instalações em construção ou remodelação. Contudo, referiu de forma clara que as necessidades mais evidentes de aspecto estrutural estão implicadas na dimensão dos Centros de Atividades Ocupacionais, alegando que “[...] as crianças com necessidades educativas continuam a nascer, as escolas dão apoio até aos 16 anos, mas depois eles continuam a ter deficiência [...]”. Aponta ainda como grande necessidade estrutural a existência de mais Lares Residenciais pelos mais diversos motivos, apontando que “[...] cada vez mais, as famílias são cada vez mais pequenas, cada vez mais as pessoas trabalham fora, muitas das vezes é difícil prestar o apoio permanente a pessoas com deficiência [...]”. Podemos assim constatar as limitações encontradas pelas famílias no desenvolvimento dos jovens devido, por exemplo, à não existência de estruturas e equipamentos adaptados às suas necessidades.

A terceira questão colocada à entrevistada referia-se às normas específicas que a APPACDM assume, no sentido de promover um ambiente institucional salutogênico. Nesta resposta é referida a importância da construção de um projeto de vida para cada usuário, tendo em consideração “[...] as expectativas, quer deles, quer das suas famílias [...]”. O ambiente que aponta como salutar, para o desenvolvimento dos jovens, é de construção e consolidação de noções de cidadania, ética e bom senso comunitário, afirmando para isto que “[...] inculcados diversos valores, como todos os valores que nós devemos ter na nossa sociedade, o respeito, a educação [...]”. É ainda referido como potencializador de desenvolvimento dos jovens a Escola de Educação Especial e cada plano individualizado que nela se trabalha. Nesta resposta dada pela Diretora podemos verificar a importância atribuída aos “programas de estimulação” anteriormente referidos na análise bibliográfica deste trabalho.

A questão consecutiva aludia aos comportamentos de risco mais comuns nos indivíduos com deficiência mental. A entrevistada refere que os comportamentos de risco associados a estes sujeitos são os que, qualquer indivíduo em sociedade corre, contudo, “[...] nós temos a capacidade de nos auto-regularmos, de termos algumas competências que eles não têm, e isso é inerente à deficiência que eles têm”. Podemos associar esta resposta à anteriormente dada, pois compreendemos que aqui se revela a importância da preparação para a sociedade que se realiza no âmbito desta instituição, mais concretamente na Escola de Educação Especial. Ao falarmos em comportamentos de risco específicos na nossa questão, talvez, desde logo, estivéssemos a pressupor a existência de um déficite, logo entramos em estado de comparação. Compreendemos que, tal como vimos anteriormente, o atraso mental é um déficite que dificulta, mas não inibe o indivíduo de concretizar aprendizagens e executar tarefas.

Sentimos necessidade de compreender a existência ou ausência de formação específica, direccionada aos funcionários da instituição, no sentido de os preparar para os comportamentos de risco destes usuários. Logo nos foi esclarecido que, no âmbito do programa POPH (Programa Operacional Potencial Humano, da Comunidade Europeia), a APPACDM se encontra em permanente processo formativo, no qual envolve os seus colaboradores. Existe ainda, nesta instituição, uma equipe responsável pelo processo formativo que avalia as necessidades e procura dar resposta às mesmas.

Finalizámos a nossa entrevista perguntando sobre as medidas que a APPACDM vem tomando no sentido da prevenção dos comportamentos de risco nos usuários com deficiência mental. Nesta resposta, a entrevistada apresenta, no nosso entender, uma visão mais global acerca da prestação estabelecida pela APPACDM a diversos níveis, possibilitando-nos compreender de melhor forma como preparam os seus jovens para a inserção social e tudo o que necessariamente os envolve.

Assim, a inquirida afirma que “[...] pela formação dos próprios colaboradores, já comentei atrás, pela formação junto dos nossos próprios jovens, pela formação junto das famílias, pela formação na comunidade [...] para tentar controlar os fatores de risco”. Tudo isto reflete claramente a necessidade de um envolvimento multifacetado para a promoção do desenvolvimento do indivíduo e da prevenção de comportamentos de risco. No entanto, também é referido que “[...] acima de tudo, a instituição tem o dever de prevenir [...]”, ajudando-os a se auto-conhecerem e regularem em sociedade. Mais concretamente, a Directora faz referência aos elementos de uma equipe que acompanha cada pessoa em todo

este processo que engloba o seu próprio “projeto de vida”. Neste sentido, a “[...] equipe técnica tem um Director Técnico, um Assistente Social, um Psicólogo, Professores que fazem o acompanhamento dos jovens, desde professores de escolarização primária, educação visual, educação física, música, fisioterapeuta”. Como constatamos, o acompanhamento é interdisciplinar, envolvendo familiares e comunidade, além dos profissionais institucionais.

6 CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho de investigação pretendemos compreender, em termos genéricos, as necessidades ambientes específicas para a prevenção de comportamentos de risco em indivíduos portadores de deficiência mental, bem como as estruturas necessárias para adaptar o seu quotidiano, no sentido de um pleno desenvolvimento destes mesmos indivíduos; essas estruturas (a diversos níveis) deveriam ser uma realidade na nossa sociedade, mas, contudo, continuam a ser escassas ou somente apresentadas em instituições como a APPACDM, onde decorreu este estudo.

A compreensão das peculiaridades da deficiência mental e a plena consciência de que todos devemos respeitar os diferentes ritmos de concepção ou aprendizagem, estão bem patentes nesta pesquisa, o que nos leva ainda a refletir acerca da inserção destas pessoas no regime laboral comum da nossa sociedade, desde que com as devidas condições de trabalho.

Acima de tudo, não podemos deixar de fazer referência especial aos esclarecimentos apresentados na entrevista efetuada, que veio clarificar em termos institucionais a forma como previnem e tratam a deficiência e os seus riscos inerentes, nunca deixando de lado a máxima de que o indivíduo com deficiência mental é, acima de tudo, um cidadão comum, com direitos e deveres.

Nesta medida, com a realização desta breve pesquisa, pudemos constatar algumas especificidades acerca do ambiente institucional adequado para a permanência dos indivíduos com deficiência mental em segurança e em desenvolvimento.

Resta-nos referir que, com a realização deste estudo, foi possível vislumbrar um retrato daquilo que deverá ser uma sociedade mais igualitária e adaptada a todos, proporcionando os ambientes devidos, tornando-os dia após dia mais naturais, ajustados à diversidade da vida.

Com efeito, a utilização, criação e identificação de GRR só é possível nas pessoas que, ao longo da sua vida, desenvolveram um sentido interno de coerência; este tipo de pessoas

atribui significados inclusivos nas suas vidas a acontecimentos considerados pertinentes. Essa inclusão verifica-se quando elas encontraram (no caso dos sujeitos com deficiências mentais, que aqui abordámos) pessoas e/ou instituições comunitárias que as ajudaram nesse processo. Sem dúvida que a APPACDM proporciona aos seus usuários, nomeadamente ao nível escolar e profissional - entre outros -, a possibilidade de construção de um sentido interno de coerência, ao alfabetizá-los, ao promover a sua inserção comunitária, ao fazê-los sentirem-se úteis nas comunidades a que pertencem. Falta referir que algumas instituições e empresas solicitam à APPACDM a realização de trabalhos específicos, para além daqueles que fazem parte do quotidiano do trabalho na instituição; por exemplo, a jardinagem do Campus de Gualtar da Universidade do Minho (Braga - Guimarães, Portugal) está sob responsabilidade da APPACDM; e os seus usuários interagem diretamente com a população académica.

Antonovsky, contudo, alertou-nos para que os GRR só são utilizados pelas pessoas com sentido interno de coerência, pelo que, neste caso, todos os esforços na criação e na educação dos usuários face aos obstáculos físicos que a sociedade possui, seriam inúteis, caso estas pessoas não conseguissem, de algum modo, criar sentido interno de coerência, o que é difícil, dadas as suas limitações mentais.

A instituição, porém, tem isso presente ao preocupar-se na construção de um projeto de vida com os usuários, onde podem estar incluídos os familiares, empregadores, etc. Esse plano é da responsabilidade, antes de mais, de cada pessoa em questão, mas orientada por especialistas que as ajudam, mas não as substituem, dados, e conforme, os déficits de cada um.

It is precisely that urge coming from inside the person that has provoked the suffering, because it is impossible to the sick person to be like everyone else. What is needed instead is a way of teaching disabled persons how to be themselves to the fullest extent possible - to rewrite the standards and rules of behaviour in the light of their capacities as well as in the expectations of others (CASSELL, 1991, p. 55).

SALUTOGENIC EDUCATION OF MENTAL PATIENTS CITIZENS: APPACDM at BRAGA – PORTUGAL

Abstract

We present a study of the Portuguese Association of Parents and Friends of Mentally Handicapped Citizens (APPACDM), at Braga - Portugal, aiming to understand how formal

GOMES, A.; OLIVEIRA, C. C.

and non-formal education of this type of person is salutogenically taken and shared, particularly in terms of space and environment. We proceeded to the Institution's documental analysis, to direct observation and to an interview with the person responsible for the administration of the institution. The data collected are favorable to salutogenesis dimension, although we may refer some critics.

Keywords. APPACDM; Education; Salutogenesis; Mentally Handicapped People; Sense of Internal Coherence

EDUCACIÓN SALUTOGÉNICA DE LOS CIUDADANOS PACIENTES MENTALES

Resumen

Se presenta un estudio de la Asociación Portuguesa de Padres y Amigos de los Ciudadanos con Discapacidad Mental (APPACDM), en Braga - Portugal, con el objetivo de comprender cómo la educación formal y no formal de estas personas se ha emprendido y compartido salutogenicamente en esta institución, a saber, en términos de espacio y el medio ambiente. Procedíamos, en cuanto a la metodología, con el análisis documental de la institución, la observación directa y una entrevista con la persona responsable de la administración de la institución. Los datos recabados son salutogenicamente favorables, a pesar de que se puede referir algunas críticas.

Palabras clave. APPACDM; Educación; Salutogenesis; Mentalmente Discapacitados; Sentido Interno de Coherencia

REFERÊNCIAS

ANTONOVSKY, Aaron. *Unraveling the Mystery of Health*. London: Jossey-Bass, 1988.

ALBARELLO, Luc. et al. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997.

APPACDM (Associação Portuguesa de Cidadãos e Amigos do Cidadão dos Doentes Mentais). *Estatutos*. Braga: APPACDM, 2000.

ARRUDA, I; CASTANHO, M. Educação de jovens e adultos deficientes mentais: reflexões sobre a permanência na escola especial. *Construção Psicopedagógica*, São Paulo: v. 22, n. 23, p. 59-71, 2014.

AZEVEDO, Maria. C. et al. Ethics and deontology of medical education and nurses in portugual. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul: Unisc, Santa Cruz do Sul: EdUnisc, v. 20, n. 1, p. 192-208, jan./jun. 2012.

CASSEL, Eric. Diagnosing Suffering: A Perspective. *Annals of Internal Medicine*. S. Francisco: 7-131, 1999, p. 531-534.

_____. *The nature of suffering: the goals of medicine*. Oxford: Oxford University press, 1991.

DE KETELE, Jean M. et al. *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ERIKSSON, M; LINDSTOM, B. A salutogenic interpretation of the Ottawa Charter. *Health Promotion International*, Oxford: v. 23, n. 2, p.190-198, 2008.

FORTIN, Marie F. *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Edições Técnicas e Científicas, Lda, 1999.

LAKATOS, Eva M. et al. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Clara. C. Educar para a saúde, e não só para a doença: A urgência de uma mudança paradigmática. *Revista AICA*, Açores: n.3, p. 6-12. 2012.

OLIVEIRA, Clara. C. et al. Viver o estado terminal de um familiar: leitura salutogénica de resultados de um estudo de caso. *Revista saúde e sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 21, p. 698-709. 2012.

REIS, José. et al. *A Deficiência Mental: Causas, Características, Intervenção*. Braga: Edições APPACDM, 1999.

VIEIRA, Fernando. et al. *Se houvera quem me ensinara... A Educação de Pessoas com Deficiência Mental*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Data de recebimento: 28/04/2013

Data de aceite: 10/02/2016